



**Centro Nacional de Pesquisa de Solos**

**AVALIAÇÃO DA APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS DO  
BRASIL: Potencial de terras e análise crítica dos principais métodos de  
avaliação.**

Autores: Antônio Ramalho Filho  
Lauro Charlet Pereira

Rio de Janeiro, RJ-Brasil  
Julho/96

# SUMÁRIO

## RESUMO

## ABSTRACT

### 1. INTRODUÇÃO

### 2. ANTECEDENTES E ANÁLISE CRÍTICA

2.1. CLASSIFICAÇÃO DE TERRAS E AVALIAÇÃO DE TERRAS

2.2. CLASSIFICAÇÃO DA CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS

2.3. CLASSIFICAÇÃO DA APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS

2.4. OUTROS MÉTODOS

2.5. SELEÇÃO DO MÉTODO

### 3. MATERIAL

### 4. MÉTODO

4.1. NÍVEIS DE MANEJO CONSIDERADOS

4.2. GRUPOS DE APTIDÃO AGRÍCOLA

4.3. CLASSE DE APTIDÃO AGRÍCOLA

### 5. RESULTADOS

5.1. APTIDÃO AGRÍCOLA AO NÍVEL NACIONAL

5.2. APTIDÃO AGRÍCOLA AO NÍVEL REGIONAL

5.3. APTIDÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS NÍVEIS DE MANEJO

### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AValiação da Aptidão Agrícola das Terras do Brasil: Potencial de terras e análise crítica dos principais métodos de avaliação.** Antonio Ramalho Filho<sup>1</sup> & Lauro Charlet Pereira<sup>2</sup>; <sup>1</sup>Pesquisador, Ph.D.-EMBRAPA/Centro Nacional de Pesquisa de Solos, Rua Jardim Botânico, 1.024 - Jardim Botânico, CEP 22.460-000 Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: ramalho@cnps.embrapa.br ; <sup>2</sup>Pesquisador, M. Sc.-EMBRAPA/Centro Nacional de Pesquisa de Solos, Rua Jardim Botânico, 1.024 - Jardim Botânico, CEP 22.460-000 Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: charlet@cnps.embrapa.br

**RESUMO:** O conhecimento da aptidão das terras é fator de grande importância para propiciar o uso adequado da oferta ambiental e, sobretudo, evitar possível sobreutilização dos recursos naturais. Fundamentalmente, este estudo foi realizado com o objetivo de oferecer uma visão sinóptica sobre o potencial agrícola e disponibilidades das terras do Brasil, bem como apresentar uma análise crítica sobre os principais métodos e sistemas de avaliação da aptidão das terras. Não obstante o seu nível generalizado, o estudo fornece subsídio para projetar e dimensionar a oferta potencial de terras para atender a uma demanda, também projetada de produtos agrícolas. O método utilizado foi o “sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras”, preconizado pela EMBRAPA-CNPS, no qual são adotados três níveis de manejo (níveis de tecnologia), visando diagnosticar o comportamento das terras em níveis operacionais distintos.

**ABSTRACT:** The knowledge on land evaluation is an important factor which strongly contributes to an adequate management of the environment and, specially, to avoid misuse of the available natural resources.

Basically, this document is a synopsis of a nationwide study carried out to show the land potential and its availability in Brazil, as well as to present a critical analysis on the main existing methods ordinarily used to interpret natural resources surveys.

Notwithstanding being general, this study provides subsidies to appraise land potential in the long-term in order to conform with a long-term demand for produces.

The method used is the “agricultural land suitability classification system” recommended by Embrapa-CNPS. This method recognizes three technological (management) levels in order to evaluate land performance under distinct operational levels.

## 1. INTRODUÇÃO

Após séculos de melhoria na qualidade de vida dos povos, o espectro da escassez mostra claras evidências de ameaças à estabilidade da civilização. Neste limiar do terceiro milênio, em termos globais, verifica-se um real agravamento dos problemas enfrentados pela humanidade, centrado, fundamentalmente, na redução progressiva da oferta ambiental, bem como no comprometimento da qualidade de vida das populações.

De acordo com os múltiplos relatórios e modelos de simulação publicados nas últimas décadas, a fotografia do ecossistema planetário tem passado por diversas e sombrias mutações. Dentre estas, destacam-se, por exemplo: a) estimativas de que o mundo já perdeu, desde a metade do século, um quinto da superfície cultivável e um quinto das florestas tropicais; e b) que a cada ano são perdidos 25 bilhões de toneladas de húmus por efeito da erosão, desertificação, salinização e de outros processos de degradação do solo (Comissão Interministerial... ,1991).

Com isso, percebe-se nitidamente que o momento atual impõe o reconhecimento de que a humanidade atravessa um período de autêntica transição ecológica, exigindo uma reavaliação de conceitos e, certamente, mudanças de procedimentos. Na verdade, hoje não mais se admite que a evolução da sociedade busque caminhos, quase sem limites em direção ao progresso, nem tampouco deposite uma confiança ilimitada nas possibilidades da tecnologia resolver todos os problemas existentes.

A crise decorrente da situação de transição ecológica deve ser uma preocupação de todos, visto que seus efeitos deixaram de ser uma das matérias primas da mídia nacional e internacional, passando a incorporar-se ao cotidiano das populações. À guisa de ilustração, cita-se o caso da disponibilidade de água, para o consumo humano e para a agricultura, que já na década de 1970 apresentava sérios problemas de escassez em muitos países da África, do Sudeste Asiático, do Oriente Médio e da América Latina, e que hoje converte-se num dos problemas mais preocupantes do planeta.

No caso específico do Brasil, o cenário não é muito diferente. Tem-se, por exemplo, o Estado de São Paulo que, apesar do grande desenvolvimento sócio-técnico-cultural, convive com uma perda anual de aproximadamente 130 milhões de toneladas de solo agrícola (Bertoni e Lombardi Neto, 1985). Enquanto isso, no outro extremo encontra-se a região Amazônica, cujos conhecimentos técnicos-científicos a respeito das dezenas de milhares de seus diferentes ecossistemas, ainda são muito limitados, permitindo a profusão de usos indiscriminados de seus recursos naturais (Rodrigues et al., 1990).

Por outro lado, poder-se-ia seguir enumerando, indefinidamente, as grandes preocupações, desequilíbrios e inadequação de usos, além de desaparecimentos e/ou comprometimentos de “elos” constituintes da grande cadeia ambiental. Contudo, a questão maior é evitar que isto aconteça, pois quando se trata da própria sobrevivência humana “é preferível estar aproximadamente correto do que precisamente equivocado”.

Deste modo, torna-se lúcido admitir que a preocupação primeira passa, necessariamente, pelo ordenamento e/ou reordenamento territorial, cuja ferramenta básica é o zoneamento agroecológico-econômico. No caso brasileiro, este discernimento faz parte da Constituição, como pode ser observado no seu artigo 21, inciso IX, onde é delegado à União a competência de elaborar e executar planos nacionais e regionais de

ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (Comissão Interministerial... ,1991).

Com isto, é meritório destacar a ocorrência de um real abandono da visão cartesiana do espaço geográfico em favor de uma abordagem globalizante e integrativa para implementar uma maior acurácia na percepção da dinâmica de sistemas e subsistemas ambientais, bem como de suas interrelações. As inúmeras vantagens e resultados esperados do zoneamento podem ser resumidos, a partir da definição de três grandes categorias/grupamentos de zonas, isto é: **1) Áreas de produção ; 2) Áreas desaconselhadas para usos produtivos a curto prazo ; e 3) Áreas especiais.** Assim, pela ordem, as primeiras assegurariam a produção e produtividade, fundadas em bases ecodesenvolvimentistas; as segundas corresponderiam àquelas áreas que apresentam uma série de limitações ao uso, carecendo de técnicas de manejo e investimentos incompatíveis com os rendimentos e danos ambientais previstos; e as últimas englobariam as unidades de conservação, áreas indígenas e sítios de relevante interesse histórico, paisagístico e cultural, regulados por legislação específica.

Nesse contexto, deve-se enfatizar não apenas a importância, como também a necessidade de estudos sobre a Avaliação da Aptidão das Terras, pois além de ser um instrumento imprescindível para a elaboração de zoneamentos, é um fator básico para o estabelecimento da “coerência ecológica” (uso dos recursos naturais, segundo sua aptidão), evitando a sub ou sobreutilização dos ecossistemas. Outrossim, tratando-se de um país eminentemente tropical, onde a instabilidade do sistema solo-clima-vegetação é naturalmente mais acentuada que em outras regiões de clima mais ameno, a informação sobre a aptidão agrícola das terras torna-se ainda mais valiosa.

Portanto, o objetivo básico deste trabalho é o de reunir, em um só documento, as informações disponíveis sobre a aptidão agrícola e disponibilidade das terras do Brasil, bem como apresentar uma análise crítica sobre os principais métodos de avaliação de terras, adotados no país.

## 2. ANTECEDENTES E ANÁLISE CRÍTICA

Diante da existência de diversos métodos de avaliação do potencial de terras para diferentes formas de uso, cada um com suas características e peculiaridades, este capítulo propõe-se a proceder uma abordagem sucinta, com a devida análise crítica, sobre os principais métodos usados em regiões tropicais.

Não se pretende, portanto, prover uma revisão completa, mas sim tratar dos aspectos de relevância direta, daqueles principais métodos, que dêem respaldo à avaliação quali-quantitativa da aptidão das terras, considerando níveis tecnológicos distintos e o contexto de diferentes ambientes ecológicos e sócio-econômicos.

### 2.1. CLASSIFICAÇÃO DE TERRAS E AVALIAÇÃO DE TERRAS

Classificação de terras pode ser tão boa quanto forem seus dados básicos e a formulação de suas várias unidades (Olson, 1974). Beek (1978) advoga que a avaliação de terras desenvolveu-se a partir da interpretação de levantamentos. Entretanto,

levantamentos de solos podem ser interpretados de acordo com qualquer sistema de classificação técnica, seja ele de capacidade de uso ou de aptidão de terras.

Interpretação de levantamentos pode sugerir que o solo é o único fator do meio ambiente a ser considerado, quando sabe-se que outros, à exemplo de clima, vegetação, topografia, e hidrologia, também estão envolvidos no processo interpretativo. Por isto, parece mais razoável chamar interpretação de levantamento de recursos naturais e avaliação da aptidão das terras, a qual é um método interpretativo que leva em conta a terra e seus atributos.

Avaliação das terras, portanto, depende basicamente de inventário de dados sobre recursos naturais, técnicos e sócio-econômicos.

Bridges (1978) assinala que a avaliação da aptidão das terras pode ser vista como um claro e direto exercício geográfico, com alguns valores práticos. Entretanto, há inúmeras combinações de condições físicas e econômicas que a tornam complexa.

Vários sistemas de classificação do potencial das terras são identificados por Vink (1960), que discute avaliação da aptidão e seus aspectos quantitativos. Embora úteis para finalidades práticas, nenhum deles apresenta conotação prática. No entanto, ele afirma que somente por meio da classificação da aptidão das terras, os resultados dos levantamentos de solos se tornarão realmente úteis para as várias formas da atividade humana.

Duas categorias gerais de avaliação do potencial das terras são distinguidas por Burrough (1976):

- Avaliação para fins generalizados - Nesta, se situam o sistema de classificação da capacidade de uso descrito por Klingebiel e Montgomery (1961) e adaptações locais, como na Inglaterra e País de Gales (Bibby et al., 1982), América Central (Plath, 1967), Venezuela (Comerma & Arias, 1971), Austrália (Stewart, 1968), Canadá, Kenya, Chile e Brasil (Marques, 1971; Lepsch et al., 1983). Nestes métodos, variáveis sócio- econômicas não são consideradas.
- Avaliação para fins específicos - A partir de dados relevantes e disponíveis do ponto de vista físico, ambiental, social e econômico, os diferentes tipos de terra são avaliados de acordo com sua aptidão para tipos de uso específico. São exemplos desta categoria, o método ecológico de avaliação da aptidão das terras (Beek & Bennema, 1972) e a estrutura (framework) de avaliação da aptidão das terras da FAO (FAO, 1976). Ambos procuram uma análise física e sócio-econômica na avaliação das terras. Outro exemplo é o método original de classificação da aptidão agrícola das terras (Bennema, Beek, e Camargo, 1964), de onde foi desenvolvido o método da FAO, e o sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras (Ramalho-Filho & Beek, 1995), além do recente método de avaliação da aptidão das terras para sistemas integrados de produção (Ramalho-Filho, 1992). Este último constitui um guia com parâmetros para a avaliação física, social e econômica de terras, com tecnologia intermediária para agricultura de pequena escala.

Na verdade o termo avaliação da aptidão das terras tomou forma definitiva e reconhecimento internacional, sobretudo nos países tropicais, com o advento da estrutura da FAO em 1976.

## 2.2 - CLASSIFICAÇÃO DA CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS

- Sistema Americano de Classificação da Capacidade de Uso.

A classificação da capacidade de uso das terras é um sistema de avaliação para fins gerais, largamente utilizado, desenvolvido no Serviço de Conservação de Solos, atual Serviço de Conservação de Recursos Naturais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Neste sistema, as unidades de mapeamento são agrupadas inicialmente de acordo com a sua capacidade de produzir culturas anuais e pastagem, sem degradação do solo, por um longo período de tempo.

→ A estrutura do sistema

Várias categorias são estabelecidas. A categoria mais elevada e subdivisão mais genérica compreende dois grupos: terras recomendadas para cultivo; e terras não recomendadas para cultivo.

As categorias mais baixas são: classe de capacidade; subclasse de capacidade unidade de capacidade.

As classes variam de I a VIII, de acordo com o grau de limitação. As subclasses indicam o fator limitante e conseqüentemente os principais problemas de conservação relacionados com o solo (s), erosão (e), drenagem (d), e clima (c). As unidades de capacidade permitem um agrupamento específico de solos similares, dentro de cada subclasse de capacidade. Elas se referem principalmente ao tratamento dado ao solo, de modo a superar as limitações de uso e permitir uma produção sustentável.

→ Aspectos favoráveis do sistema - Uma das vantagens deste sistema, que constitui uma proposta de metodologia generalizada, é a facilidade com que pode ser entendida. Como ele é relacionado somente com variáveis físicas, e é relativamente pouco afetado pelas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, a classificação da capacidade de terras permanece válida por muito tempo. Apesar de simples e fácil de usar, o alcance de sua aplicação pode dar uma falsa impressão de segurança.

→ Aspectos desfavoráveis do sistema- O sistema americano, já em sua base, propõe-se a determinar procedimentos para o controle da erosão e as classes de capacidade, por isso, refletem principalmente a extensão e complexidade dos problemas de conservação. É dada importância ao declive, enquanto que outras qualidades indicadoras de problemas de fertilidade são negligenciadas. Isto se deve ao fato de se considerar um uso intensivo com alta tecnologia, baseado em equipamentos motorizados.

A classificação não é dirigida especificamente para o planejamento do uso da terra e não classifica as terras de acordo com a produtividade. Ao contrário, os solos são classificados de acordo com os requisitos de conservação e uso de máquinas em larga escala.

Beek (1978) aponta algumas desvantagens da classificação de capacidade da terra:

. Apesar de ser um método para tipos de usos generalizados, é baseado em um entendimento das necessidades somente dos usos mais comuns da terra. Nos países em desenvolvimento, a avaliação das terras de relevância local é exigida. Os objetivos de desenvolvimento dos governos, tais como absorção de trabalho, aumento de uma renda bem distribuída e melhoria do nível nutricional da população, requerem avaliações pragmáticas.

- . O sistema não é suficientemente específico para comparar usos conflituosos das terras que competem entre si.
- Visão crítica - A classificação da capacidade das terras não é ideal para avaliar a terra em um nível tecnológico intermediário, ou seja, mediante a adoção de insumos simples. O consórcio de culturas e os principais sistemas integrados de produção, dificilmente seriam incorporados no estudo pelas seguintes razões:
  - . um nível tecnológico alto é suposto. Este critério não é aplicável ao contexto físico, social e econômico, nos sistemas de produção de pequena escala. Por isso o método tende a subestimar as limitações devidas à fertilidade.
  - . o potencial e o comportamento dos solos devem ser avaliados pelo uso de uma metodologia baseada em tecnologia intermediária. Isto incluiria uma série de práticas e métodos operacionais que estariam em consonância com a habilidade da maioria dos produtores, dentro de um contexto técnico, social e econômico.
- Classificação da Capacidade de Uso da Terra (brasileira)

O sistema de classificação de capacidade de uso da terra (Lepsch, 1983) é uma versão modificada da classificação americana (Klingebiel & Montgomery, 1961). Este método, que se identifica com o planejamento da conservação de solo na agricultura, ao nível empresarial, foi largamente utilizado em decorrência de sua simplicidade (Marques, 1958).

O uso deste método é baseado na suposição de que pode ser aplicado para interpretar levantamentos simplificados, denominados levantamentos utilitários (Collins, 1977), que podem ser feitos, tanto por especialistas em ciência do solo quanto por agrônomos treinados em conservação de solos.

A falta de levantamentos detalhados convencionais de solos, ao nível de projetos agrícolas, favorecem à aplicação desta classificação no Brasil.

- A estrutura do sistema - Basicamente não há diferença de estrutura entre o sistema de capacidade de uso da terra brasileiro e o original (Klingebiel & Montgomery, 1961). A inovação é a incorporação da unidade de manejo ou grupo de manejo que representa grupos de terras recebendo as mesmas práticas devido à respostas similares ao tratamento. Entretanto o uso de unidades de manejo não é factível no caso de se estudar uma área onde as unidades são descontínuas e os sistemas de produção compreendem tipos diferentes de utilização da terras e culturas diferentes.
- Aspectos desfavoráveis - O sistema envolve as desvantagens apresentadas pelo sistema americano, já comentadas anteriormente.

### 2.3. AVALIAÇÃO DA APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS

Nos anos sessenta, muitos sistemas interpretativos surgiram, como uma tentativa de contornar a fragilidade da aplicação da classificação de capacidade de uso das terras em ambientes tropicais. Considerando que a classificação da aptidão de terras vinha sendo, tradicionalmente, um exercício físico da interpretação de levantamentos, as unidades de mapeamento servem como base principal para o delineamento da avaliação. Apesar de nem sempre ter-se conseguido, o elemento comum a todos sistemas de



classificação de aptidão de terras era a integração dos aspectos ecológicos e econômicos. O sistema brasileiro de classificação da aptidão das terras (Ramalho-Filho & Beek, 1995) e a estrutura da FAO (FAO, 1976), para avaliação das terras, pertencem a esta categoria de classificação.

- Sistema FAO para Avaliação de Terras

A estrutura para avaliação das terras “framework for land evaluation” (FAO, 1976) é o resultado de uma iniciativa, no sentido de padronizar e elaborar um roteiro e terminologia para que outros sistemas pudessem ser formulados. Em grandes linhas inclui:

- .um considerável avanço na ciência do solo, com a terra enfocada como algo utilizado no contexto de um sistema agrícola, sob diferentes níveis tecnológicos;
- .uma estrutura mais dinâmica que o sistema americano, utilizando níveis diferentes de tecnologia, ou seja, níveis qualitativo e quantitativo para a avaliação da aptidão atual e potencial das terras. É mais científica, no sentido de que foi designada para interpretar levantamentos de recursos naturais.
- .a maior referência em avaliação das terras e sua importância para o desenvolvimento da avaliação das terras, como disciplina, é aceita pela maioria dos autores (van Diepen et al., 1991). Porém, como outros métodos utilizados para a avaliação das terras, a estrutura mantém o solo como o elemento mais importante do sistema de produção. À terra é dada mais atenção do que ao seu usuário.
- .a estrutura da FAO não é realmente um sistema, mas um conjunto de indicações como base para a elaboração de sistemas nacionais (Brinkman In: Young & Goldsmith, 1977, p.432), e nem tampouco, um manual de avaliação. Apesar da flexibilidade de seus princípios aclamados por serem aplicáveis em todos os lugares do mundo, e em variados contextos ambientais e sócio-econômicos, a estrutura não especifica nenhum parâmetro ou procedimento para avaliação sócio-econômica das terras.
- .a estrutura visa ser um documento que acompanha todas as disciplinas, envolvidas em avaliação das terras, e permite a troca de informações entre os países. De fato, a estrutura combina as vantagens do sistema americano e inclui critérios sócio-econômicos. No entanto, van Diepen et al (1991), argumentam que, apesar da pretensão de envolver todas as disciplinas em avaliação das terras, sua base ainda é, interpretação de levantamento de solos.

→ A estrutura do sistema - O sistema é estruturado em ordem, classe, subclasse e unidades. A estrutura ainda se identifica demais com a avaliação física da terra, e a informação sobre o aspecto sócio-econômico não é suficiente para a avaliação da terra para os sistemas integrados de produção. De fato, a estrutura mostra a necessidade de se incluir a análise sócio-econômica, mas não mostra como fazê-la. FAO (1976) é meramente uma estrutura e com base nela, vários manuais específicos foram produzidos, aplicando-a como roteiro. Como exemplo, tem-se: avaliação das terras para agricultura de sequeiro (FAO, 1983); avaliação de aptidão

das terras para silvicultura (FAO, 1984); e avaliação das terras para pastagem (FAO, 1987).

- Sistema Brasileiro de Avaliação de Terras

Este modelo de classificação da aptidão de terras foi desenvolvido nos anos sessenta, como uma tentativa de classificar o potencial das terras para a agricultura tropical.

O método é o resultado do trabalho de pesquisadores brasileiros, junto com especialistas da FAO, como uma reação à classificação da capacidade de uso das terras, a qual havia demonstrado ser inadequada para classificar o potencial de terras em um país, onde, segundo Beek, níveis de tecnologia muito diferentes convivem lado a lado.

A primeira aproximação continha muitos conceitos e procedimentos da atual estrutura de avaliação das terras, da FAO. Desde então, ela sofreu várias modificações e desdobramentos, durante sua aplicação na interpretação de levantamentos de recursos naturais. As principais contribuições para o seu desenvolvimento foram de Ramalho-Filho et al. (1970), Tomasi et al. (1971) e EMBRAPA (1975).

Beek (1975) propôs modificações no método, visando adaptá-lo para planejamento a longo prazo (SUPLAN, 1975), e a aproximação mais recente — Sistema de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras (Ramalho-Filho & Beek 1985), é uma avaliação física das terras, baseada nas suas qualidades e em níveis de manejo para diferentes usos da terra.

## 2.4. OUTROS MÉTODOS

- Classificação de terras para irrigação do USBR

O método do United States Bureau of Reclamation (USBR) não é analisado em detalhe neste documento, por ser especificamente dirigido para a classificação de terras para irrigação. No entanto o USBR apresenta alguns aspectos interessantes que podem ser úteis em qualquer método de avaliação. São eles:

- .a inclusão da acessibilidade à unidade de terra, como um critério para avaliar o seu potencial;
- .o conceito de capacidade de pagamento que expressa o potencial das terras em termos monetários;
- .a forma integrada de apresentar o potencial das terras, incluindo os aspectos físicos e econômicos do seu uso;
- .a inclusão do custo do desenvolvimento da terra arável.

O método também é baseado nas limitações das terras, mas é quantitativo e incorpora critérios econômicos. Por outro lado, as classes não são universalmente similares, uma vez que os critérios das classes das terras têm sido definidos para cada projeto isoladamente.

Falta também considerações sobre os fatores sociais, tais como intensidade de trabalho, e estrutura agrária. Isto é uma síntese que faz com que o método não seja adequado para ser empregado em áreas, onde os fatores sóciopolíticos têm uma importância significativa.

O manual do USBR é um exemplo de um método específico de avaliação de terras com objetivo específico, que aborda os aspectos qualitativos e quantitativos de forma integrada.

- Métodos Paramétricos

Os métodos paramétricos procuram incluir todos os fatores agrícolas que influenciam o desempenho de um sistema de uso da terra, simultaneamente em uma análise quantitativa. Neste processo, certas condições e parâmetros são ponderados, de acordo com seus efeitos sobre a produção de uma cultura em particular, ou grupo de culturas (Ribeiro, 1982). Estes métodos estão baseados, principalmente em propriedades do solo facilmente mensuráveis, e pouca atenção é dada às relações entre investimentos, qualidades da terra e rendimentos (Beek, 1978).

## 2.5. SELEÇÃO DO MÉTODO

O método a ser utilizado na avaliação de aptidão agrícola das terras deve considerar as necessidades do agricultor, assim como o nível de manejo que inclua um conjunto de técnicas que contribuam para o aumento da produção agrícola e, concomitantemente, proteja o solo da degradação. Estes aspectos influenciam enormemente à avaliação quando a melhoria da terra é considerada.

No “Sistema de Avaliação da Aptidão das Terras” (Ramalho-Filho & Beek, 1995), os níveis de manejo são caracterizados pela aplicação diferenciada de capital e dos resultados da pesquisa para melhorar, manejar e conservar a terra e as culturas. O uso de fertilizantes e calcário varia, assim como os demais insumos.

## 3. MATERIAL

O material utilizado constou, fundamentalmente, do trabalho sobre aptidão agrícola das terras do Brasil (Ramalho Filho, 1985), que constituiu-se na consolidação dos resultados dos estudos básicos para o planejamento agrícola das terras, de cada um dos Estados do Território Nacional, realizado pelo Ministério da Agricultura, através da Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola – SUPLAN. Complementarmente utilizou-se, também, outros dados e informações mais atualizados, conforme a bibliografia disponível sobre aptidão e uso das terras (Ramalho Filho & Beek, 1995; Lepsch et al., 1983; Bertoni & Lombardi Neto, 1985).

A qualificação do potencial agrícola do país refere-se, portanto, à dados correspondentes ao momento de 1985 e que hoje, talvez, considerando o caráter efêmero da classificação da aptidão das terras, os resultados poderiam ser diferentes. Contudo, isto não constitui-se em prejuízos, pois trata-se de uma análise global, onde a base de discussão aponta para os aspectos de proporcionalidade e distribuição espacial das terras, que sob a constatação de qualquer mudança das partes, pode-se reajustar o todo.

## 4. MÉTODO

O método utilizado na produção dos dados sobre o potencial e disponibilidade das terras do Brasil, referiu-se ao “Sistema de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras”, conforme preconizado por Ramalho Filho et al. (1983). Para efeito de melhor entendimento serão apresentados os conceitos e critérios básicos do método, introduzindo-se, quando for o caso, as alterações recém formuladas, contidas na 3ª edição (Ramalho Filho & Beek, 1995), ou seja:

### 4.1. NÍVEIS DE MANEJO CONSIDERADOS

Tendo em vista as práticas agrícolas ao alcance da maioria dos agricultores, num contexto específico, técnico, social e econômico, são considerados três níveis de manejo, visando diagnosticar o comportamento das terras em diferentes níveis tecnológicos. Sua indicação é feita através das letras A, B e C, que podem aparecer escritas de diferentes formas, na simbologia da classificação, conforme as classes de aptidão que apresentem as terras, em cada um dos níveis adotados.

- **Nível de Manejo A (Primitivo)**

Baseado em práticas agrícolas que refletem um baixo nível técnico-cultural. Praticamente não há aplicação de capital para manejo, melhoramento e conservação das terras e das lavouras. As práticas agrícolas dependem fundamentalmente do trabalho braçal, podendo ser utilizada alguma tração animal com implementos agrícolas simples.

- **Nível de Manejo B (Pouco Desenvolvido)**

Caracterizado pela adoção de práticas agrícolas que refletem um nível tecnológico médio baseia-se em modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas neste nível de manejo incluem calagem e adubação com NPK; tratamentos fitossanitários simples; mecanização com base na tração animal ou na tração motorizada, apenas para desbravamento e preparo inicial do solo.

- **Nível de Manejo C (Desenvolvido)**

Baseado em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico. Caracteriza-se pela aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. A motomecanização está presente nas diversas fases da operação agrícola.

Os níveis de manejo B e C envolvem melhoramentos tecnológicos em diferentes modalidades, contudo não levam em conta a irrigação, na avaliação da aptidão agrícola

das terras. Apenas são assinaladas, através de convenção especial no mapa, as áreas com irrigação instalada ou programada.

No caso das atividades, referentes à pastagem plantada e à silvicultura, está prevista uma modesta aplicação de fertilizantes, defensivos e corretivos, que corresponde ao nível de manejo B. Para a pastagem natural, está implícita uma utilização sem melhoramentos tecnológicos, condição que caracteriza o nível de manejo A.

#### 4.2. GRUPOS DE APTIDÃO AGRÍCOLA

Trata-se mais de um artifício cartográfico, que identifica no mapa o tipo de utilização mais intensivo das terras, ou seja, sua melhor aptidão.

Os grupos 1, 2, e 3, além da identificação de lavouras como tipo de utilização, desempenham a função de representar, no subgrupo, as melhores classes de aptidão das terras indicadas para lavouras, conforme os níveis de manejo. Os grupos 4, 5 e 6, apenas identificam tipos de utilização (pastagem plantada, silvicultura e/ou pastagem natural e preservação da flora e da fauna, respectivamente), independente da classe de aptidão.

A representação dos grupos é feita com algarismos de 1 a 6, em ordem decrescente, segundo as possibilidades de utilização das terras. As limitações que afetam os diversos tipos de , aumentam do grupo 1 para o grupo 6, diminuindo, conseqüentemente, as alternativas de uso e a intensidade com que as terras podem ser utilizadas.

#### 4.3. CLASSES DE APTIDÃO AGRÍCOLA

As classes expressam a aptidão agrícola das terras para um determinado tipo de utilização, com um nível de manejo definido, dentro do subgrupo de aptidão. Refletem o grau de intensidade com que as limitações afetam as terras. São definidas em termos de graus, referentes aos fatores limitantes mais significativos. Esses fatores, que podem ser considerados subclasses, definem as condições agrícolas das terras. Os tipos de utilização em pauta são: lavouras, pastagem plantada, silvicultura e pastagem natural.

Com base no boletim da FAO (1976), as classes foram assim definidas:

- **Classe Boa** - terras sem limitações significativas para a produção sustentável de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Há um mínimo de restrições que não reduzem a produtividade ou os benefícios, expressivamente, e não aumentam os insumos acima de um nível aceitável.
- **Classe Regular** - terras que apresentam limitações moderadas para a produção sustentável de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. As limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, elevando a necessidade de insumos para garantir as vantagens globais a serem obtidas com o uso. Ainda que atrativas, essas vantagens são sensivelmente inferiores àquelas auferidas nas terras de classe boa.

- **Classe Restrita** - terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentável de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou então aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente.
- **Classe Inapta** - terras que apresentam condições que parecem excluir a produção sustentável do tipo de utilização em questão. Ao contrário das demais, esta classe não é representada por símbolos. Sua interpretação é feita pela ausência das letras no tipo de utilização considerado.

Dos graus de limitação atribuídos a cada uma das unidades das terras, resulta a classificação de sua aptidão agrícola. As letras indicativas das classes de aptidão, de acordo com o nível de manejo, podem aparecer nos subgrupos em maiúsculas, minúsculas ou minúsculas entre parênteses, com indicação de diferentes tipos de utilização, conforme pode ser observado na Tabela 1.

**TABELA 1. Simbologia Correspondente às Classes de Aptidão Agrícola das Terras.**

Classe de Aptidão Agrícola	Tipo de Utilização						
	Lavouras			Pastagem Plantada	Silvicultura	Pastagem Natural	
	Nível de Manejo			Nível de Manejo B	Nível de Manejo B	Nível de Manejo A	
<b>Boa</b>	A	B	C	P	S	N	
<b>Regular</b>	a	b	c	p	s	n	
<b>Restrita</b>	(a)	(b)	(c)	(p)	(s)	(n)	
<b>Inapta</b>	-	-	-	-	-	-	

Terras consideradas inaptas para lavouras têm suas possibilidades analisadas para usos menos intensivos (pastagem plantada, silvicultura ou pastagem natural). No entanto, as terras classificadas como inaptas para os diversos tipos de utilização considerados são, como alternativa, indicadas para a preservação da flora e da fauna, recreação ou algum outro tipo de uso não-agrícola. Tratam-se de terras ou paisagens pertencentes ao grupo 6, nas quais devem ser estabelecidas ou mantidas uma cobertura vegetal, não só por razões ecológicas, mas também para proteção de áreas contíguas agricultáveis.

Das terras indicadas para lavouras, pode-se remanejar as de aptidão restrita (marginais) para o grupo de aptidão indicado para pastagem plantada (Grupo 4), no qual passam a ser consideradas como boas ou regulares. Justifica-se, pelo fato de que sendo

estas terras marginais para lavouras, apresentam limitações fortes para a produção sustentável. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou então aumentam os insumos necessários, de tal magnitude, que os custos só seriam justificados marginalmente.

## 5. RESULTADOS

Tendo em vista a gigantesca extensão territorial do país, e considerando o enfoque de visão sinóptica deste trabalho, priorizou-se pela apresentação dos resultados aos níveis Nacional e Regional.

### 5.1. APTIDÃO AGRÍCOLA AO NÍVEL NACIONAL (Aptidão Específica)

Nesta avaliação foram consideradas aptidões específicas, utilizando-se os termos: ciclo curto e longo; só ciclo curto; só ciclo longo; dois cultivos por ano; culturas especiais; além de parques e reservas equivalentes. Ao mesmo tempo, visando uma melhor compreensão será feito um comentário sucinto a respeito de cada uma dessas aptidões, ou seja:

- **Ciclo curto e longo** - Abrange terras com aptidão para dois tipos de lavouras, as quais podem ser exploradas, também, com qualquer tipo de utilização menos intensiva. Não há, neste caso, restrições de solos, de clima ou de outros fatores que impeçam o desenvolvimento dos dois grupamentos de culturas.
- **Só ciclo curto** - Neste caso, foram excluídas as terras não indicadas para lavouras de ciclo longo, sem indicação, também, para silvicultura. Normalmente, aqui, estão presentes restrições de solos ou, sobretudo, de ordem climática.
- **Dois cultivos por ano** - Correspondem às terras que, favorecidas por condições climáticas, podem ser exploradas de forma mais intensiva, sem prejuízo de suas condições naturais. Trata-se, neste caso, de dois plantios em seqüência de duas culturas de ciclo curto, no período de um ano.
- **Culturas de ciclo longo** - São terras indicadas, em geral, para um tipo de utilização menos intensiva (pastagem plantada), mas que devido às condições agrícolas mais favoráveis, permitem a exploração com lavouras de ciclo longo.
- **Culturas especiais de ciclo longo** - Algumas áreas permitem a exploração de espécies com exigências específicas adaptadas a determinadas condições ecológicas, apresentando-se de maneira diversificada de acordo com as regiões. Na região Nordeste são representadas por

algodão-arbóreo, caju, coco, palma forrageira e sisal; no Rio de Janeiro por coco; na região Sul, São Paulo e Minas Gerais pela fruticultura de clima temperado.

Para efeito deste estudo, consideram-se culturas de ciclo curto, também denominadas de temporárias ou anuais, aquelas cujo ciclo vegetativo não ultrapassa a um ano. Por culturas de ciclo longo ou perenes, estão sendo consideradas aquelas com ciclo vegetativo de duração superior a um ano. Incluem-se, neste caso, as também chamadas culturas semiperenes.

Portanto, ao nível nacional, verifica-se uma grande predominância de terras com aptidão para lavouras, quando comparadas com as demais atividades. Considerando-se terras avaliadas sob três níveis tecnológicos diferentes, encontrou-se que aproximadamente 5.552.673 Km<sup>2</sup>, correspondentes à 65% do território brasileiro, apresentaram aptidão para lavouras, enquanto o restante das terras permite sua utilização com pastagem plantada (cerca de 12%), silvicultura e pastagem natural (11%), além das terras não indicadas para o uso agrícola que perfazem cerca de 12% (Tabela 2).

Continuando com a análise dos dados sobre a vocação do espaço territorial brasileiro (Tabela 2), deve-se enfatizar que a exploração com lavouras evidencia-se como um sistema produtivo que apresenta possibilidade de grande diversificação. Com efeito, tem-se que 4.153.554 km<sup>2</sup>, equivalente a cerca de 75% do total das áreas aptas para a citada atividade, apresentam condições de utilização com lavouras de ciclo curto e longo.

As terras que permitem um uso mais intensivo, isto é, aquelas que possibilitam dois cultivos por ano e as com aptidão para lavouras só de ciclo curto, abrangem aproximadamente 621.746 km<sup>2</sup> e 812.296 km<sup>2</sup>, respectivamente. Em termos percentuais, na mesma ordem, correspondem a cerca de 11% e 15% da área total com aptidão para lavouras.

As culturas de ciclo longo podem ocupar 128.051 km<sup>2</sup>, perfazendo cerca de 2% da área total para lavouras no Brasil. Referem-se a terras indicadas, em geral, para exploração com pasto plantado, mas que ainda apresentam condições para este tipo de uso mais intensivo.

Com relação às culturas especiais de ciclo longo, estas podem ser explotadas numa superfície de 402.203 km<sup>2</sup>, que representam aproximadamente 7% do território nacional brasileiro.

Do total da área destinada à parques e reservas equivalentes (707.838 km<sup>2</sup>), encontram-se 532.243 km<sup>2</sup>, perfazendo cerca de 75%, localizadas em terras indicadas para lavouras.

A pastagem plantada é um tipo de utilização das terras capaz de ocupar 964.334 Km<sup>2</sup>, que representam aproximadamente 11% da área Nacional. Conforme foi comentado anteriormente, parte dessas terras apresentam alternativas de uso para culturas de ciclo longo ou culturas especiais, que traduzidas em valores percentuais, representam, respectivamente, cerca de 13% e 2% do total das terras propícias à pastagem plantada (Tabela 2).

No tocante à silvicultura e/ou pastagem natural, estas atividades compreendem 941.296 Km<sup>2</sup>, ou cerca de 11% da extensão do país.

As terras sem aptidão para uso agrícola, indicadas, portanto, para preservação da flora e da fauna, ocupam 996.109 km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 12% da superfície total do Brasil. Desse total, verificou-se que cerca de 10% das terras são ocupadas com parques e reservas equivalentes.



## 5.2. APTIDÃO AGRÍCOLA AO NÍVEL REGIONAL

A análise regional demonstra que, em relação a área total indicada para lavouras, no Brasil, o percentual das terras apropriadas ao sistema de produção com este tipo de utilização oscila de aproximadamente 50%, na região Norte, a cerca de 8%, na região Sul. Ao mesmo tempo, registra-se que a maior concentração dessas terras encontra-se na região Norte, com 2.792.643 km<sup>2</sup>, o que perfaz cerca de 33% do território nacional. Essa superfície acha-se distribuída, fundamentalmente, em aptidões específicas de ciclo curto e longo (1.937.365 km<sup>2</sup>, ou cerca de 70% da área total indicada para lavoura, na região

TABELA 2 - Aptidão Agrícola das Terras do Brasil ( N=Norte; NE=Nordeste; SE=Sudeste; CO=Centro-Oeste; S=Sul )

TIPO DE UTILIZAÇÃO INDICADO	REGIÃO	SUPERFÍCIE (Km <sup>2</sup> )	APTIDÃO ESPECÍFICA PARA LAVOURA (Km <sup>2</sup> )					PARQUES E RESERVAS EQUIVALENTES (Km <sup>2</sup> )
			Ciclo Curto e Longo	Só Ciclo Curto	Só Ciclo Longo	Dois Cultivos por Ano	Culturas Especiais	
<b>LAVOURAS</b>	N	2.792.643	1.937.365	348.476		-	-	506.803
	NE	793.159	445.268	334.038		84.663	309.118	13.853
	SE	565.740	529.805	35.105		124.454	-	831
	CO	976.762	964.532	5.819		142.207	-	6.412
	S	424.369	276.584	88.858		270.422	93.085	4.344
<b>TOTAL</b>		<b>5.552.673</b>	<b>4.153.554</b>	<b>812.296</b>		<b>621.746</b>	<b>402.203</b>	<b>532.243</b>
<b>PASTAGEM PLANTADA</b>	N	288.139			5.553		-	49.091
	NE	112.191			3.334		5.055	15.832
	SE	140.425			71.095		8.555	446
	CO	361.518			25.498		-	90
	S	62.061			22.571		9.254	890
<b>TOTAL</b>		<b>964.334</b>			<b>128.051</b>		<b>22.864</b>	<b>66.349</b>
<b>PASTAGEM NATURAL E/OU SILVICULTURA</b>	N	13.770					-	2.125
	NE	462.967					103.704	3.539
	SE	136.470					-	270
	CO	284.215					-	1.574
	S	43.874					2.913	297
<b>TOTAL</b>		<b>941.296</b>					<b>106.617</b>	<b>7.805</b>
<b>SEM APTIDÃO PARA USO AGRÍCOLA</b>	N	457.770					-	95.227
	NE	168.427					26.993	2.444
	SE	80.174					4.933	1.831
	CO	257.443					-	1.154
	S	32.295					-	785
<b>TOTAL</b>		<b>996.109</b>					<b>31.926</b>	<b>101.441</b>

Fonte: Ramalho Filho, 1985

Norte); só ciclo curto (com 348.476 Km<sup>2</sup> , ou cerca de 13%); áreas oficiais destinadas à parques e reservas (506.803 Km<sup>2</sup> , ou aproximadamente 18%) — Tabela 2.

Analisando a região Centro-Oeste, observa-se um valor relevante de terras indicadas para lavouras, com 976.762 km<sup>2</sup> , que corresponde a cerca de 12% da superfície brasileira, e que aproximadamente 99% desse total são indicados para lavouras de ciclo curto e longo. Nessa região, encontra-se, ainda, a maior área do país indicada à pastagem plantada, perfazendo 361.518 Km<sup>2</sup> ou cerca de 4% da superfície nacional brasileira.

A região Nordeste, por sua vez, merece destaque quanto a pastagem natural ou silvicultura, pois apresenta 462.967 Km<sup>2</sup> , equivalente a cerca de 5% da área total do Brasil, sendo que 103.704 km<sup>2</sup> desse total, ou aproximadamente 22%, são indicados também para culturas especiais de ciclo longo. Entende-se como pastagem natural, para a região Nordeste, toda área de caatinga onde os solos não apresentam aptidão para outro tipo de utilização mais intensiva, porém tem servido atualmente à atividade pecuária. O mesmo raciocínio é válido para o grande contingente de área indicada para pastagem natural e/ou silvicultura, na região Centro-Oeste, com solos pobres arenosos, cobertos pela vegetação de cerrado e um relativamente denso substrato graminóide que, apesar do uso para pastagem natural, possui baixa capacidade de apascentamento.

Nas regiões Sudeste e Sul, de menor expressão geográfica, as terras foram predominantemente indicadas para lavouras de ciclo curto e longo, sendo que para a região Sul, há uma maior extensão de área com aptidão apenas para lavouras de ciclo curto, em decorrência de problemas climáticos, principalmente.

### 5.3. AVALIAÇÃO DA APTIDÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS NÍVEIS DE MANEJO

Na Tabela 3 são apresentadas as extensões de terras indicadas para os diferentes tipos de utilização, por região, evidenciando as classes de aptidão Boa, Regular e Restrita, para os Níveis de Manejo A, B e C.

Observa-se que dentre os tipos de utilização, considerados no estudo, a lavoura é a que abrange a maior superfície, totalizando 5.552.673 km<sup>2</sup> , equivalente a cerca de 65% das terras brasileiras. Estas áreas, na ótica do uso de maior ou menor tecnologia, assumem valores bastante interessantes, ou seja: enquanto no nível de manejo A (nível primitivo), as áreas indicadas para lavouras somam 3.874.707 Km<sup>2</sup> , verifica-se que basta um pouco de incremento de tecnologia (nível B) que logo haverá um considerável aumento, ou ampliação de áreas, passando para 4.982.766 Km<sup>2</sup> , o que significa, em última análise, um ganho de aproximadamente 1,1 milhão de quilômetros quadrados (correspondentes a cerca de duas vezes a superfície de toda a região Sul do Brasil). Observa-se, ainda, que no nível altamente tecnificado (nível C), também ocorre um aumento expressivo, em relação ao nível primitivo, totalizando 4.484.732 km<sup>2</sup> de terras que podem ser utilizados com lavouras (Tabela 3).

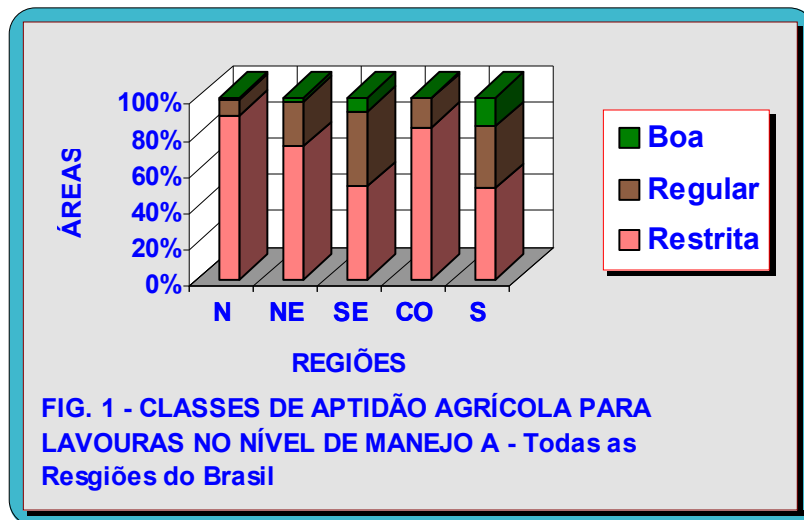
Ao analisar-se a atividade lavouras, no conjunto de todas as regiões do Brasil, observa-se que os níveis de manejos foram preponderantes na definição do maior ou menor potencial de terras com aptidão para a citada atividade. No nível de manejo A (primitivo) ficou demonstrado, nitidamente, um predomínio da classe de aptidão restrita para todas as regiões do país, significando que a ausência ou somente as tecnologias

rudimentares limitam grandemente o uso das terras com lavouras (Figura 1 e Tabela 3). No nível de manejo B (pouco desenvolvido), verificou-se um certo equilíbrio entre as

**TABELA 3 - Aptidão Agrícola das Terras do Brasil por Região e por Nível de Manejo para os Diferentes Tipos de Usos Indicados**

TIPO DE UTILIZAÇÃO	REGIÃO	CLASSE DE APTIDÃO POR NÍVEL DE MANEJO ( Km <sup>2</sup> )								
		NÍVEL DE MANEJO A			NÍVEL DE MANEJO B			NÍVEL DE MANEJO C		
		Boa	Regular	Restrita	Boa	Regular	Restrita	Boa	Regular	Restrita
<b>LAVOURAS</b>	<b>N</b>	25.850	204.982	2.046.873	106.878	1.751.585	427.377	30.032	1.731.001	326.120
	<b>NE</b>	13.394	145.079	435.307	15.555	421.060	321.150	7.482	436.452	267.025
	<b>SE</b>	22.715	118.648	147.506	102.929	130.785	330.767	78.230	266.287	45.966
	<b>CO</b>	2.508	68.048	358.065	10.708	385.902	579.222	107.426	636.919	231.460
	<b>S</b>	46.191	96.824	142.717	64.975	171.474	162.399	38.388	233.857	48.078
<b>TOTAL</b>		<b>110.658</b>	<b>633.581</b>	<b>3.130.468</b>	<b>301.045</b>	<b>2.860.806</b>	<b>1.820.915</b>	<b>261.558</b>	<b>3.304.516</b>	<b>918.649</b>
<b>PASTAGEM PLANTADA</b>	<b>N</b>				-	234.113	4.935			
	<b>NE</b>				4.908	91.636	27.967			
	<b>SE</b>				2.957	40.215	96.807			
	<b>CO</b>				-	339.309	22.119			
	<b>S</b>				34.125	16.836	10.210			
<b>TOTAL</b>				<b>41.990</b>	<b>722.109</b>	<b>162.038</b>				
<b>SILVICULTURA</b>	<b>N</b>				-	-	3.816			
	<b>NE</b>				1.939	33.908	71.854			
	<b>SE</b>				-	58.619	9.415			
	<b>CO</b>				-	139.418	71.006			
	<b>S</b>				3.127	7.322	11.238			
<b>TOTAL</b>				<b>5.066</b>	<b>239.267</b>	<b>167.329</b>				
<b>PASTAGEM NATURAL</b>	<b>N</b>	-	-	9.469						
	<b>NE</b>	287	141.564	290.781						
	<b>SE</b>	-	945	77.084						
	<b>CO</b>	-	-	209.181						
	<b>S</b>	19.789	10.359	3.102						
<b>TOTAL</b>		<b>20.076</b>	<b>152.868</b>	<b>589.617</b>						

Fonte: Ramalho Filho, 1985.

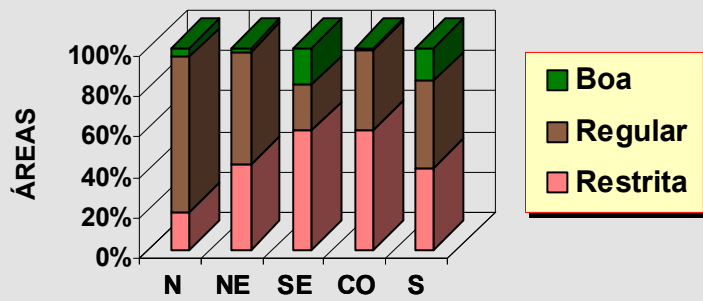


classes regular e restrita, na maioria das regiões brasileiras, enquanto no nível C (desenvolvido) ocorreu um forte predomínio da classe regular (Figuras 2 e 3, respectivamente, e Tabela 3). Torna-se interessante destacar que a classe de aptidão boa, só ficou mais evidenciada nos níveis de manejo B e C, mesmo assim, somente para algumas regiões, como a do Sudeste e Sul, principalmente.

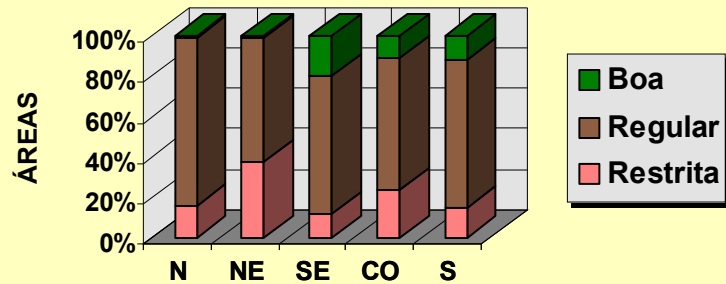
No que tange à atividade pastagem plantada, verificou-se que a região Sul se destacou positivamente, apresentando elevado potencial para essa atividade, ou seja, 56% (34.125 km<sup>2</sup>) de suas terras possuem aptidão boa, seguidos de 28% (16.836 km<sup>2</sup>) com aptidão regular e apenas 17% (10.210 km<sup>2</sup>) com restrições mais fortes ao uso. As demais regiões apresentaram-se constituídas de terras, cuja classe de aptidão agrícola foi, predominantemente, a regular, seguida da restrita (Figura 4 e Tabela 3).

Quanto à avaliação das terras para silvicultura, também houve destaque para a região Sul, onde cerca de 48% de suas terras, equivalentes à 10.449 km<sup>2</sup>, apresentaram aptidão variando de boa a regular (14% e 34%, respectivamente), ficando o restante, com um total de 11.238 km<sup>2</sup> ou 52%, com aptidão restrita. A região Nordeste, apesar da alta percentagem de terras com aptidão restrita (67% ou 71.854 Km<sup>2</sup>), apresentou 141.564 Km<sup>2</sup>, o que corresponde à 31% de suas terras, com aptidão regular, ficando 1.939 km<sup>2</sup> (ou 2%) com aptidão boa para utilização com silvicultura (Figura 5 e Tabela 3).

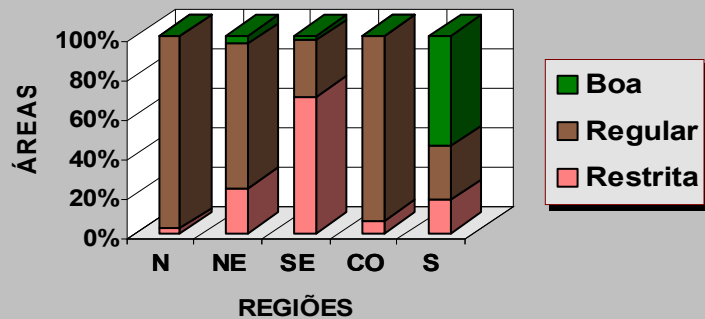
Com relação a pastagem natural, a região Sul ficou novamente evidenciada, positivamente, pois apresentou 60% de suas terras (19.789 Km<sup>2</sup>) com aptidão boa para essa atividade. A seguir, teve-se a região Nordeste, cujas terras apresentaram-se predominantemente com aptidão regular (33% ou 141.564 Km<sup>2</sup>) e restrita (67% ou 290.781 Km<sup>2</sup>). As demais regiões (Norte, Centro-Oeste e Sudeste) apresentaram suas terras classificadas, quase que exclusivamente, com classe restrita de aptidão (Figura 6 e Tabela 3).



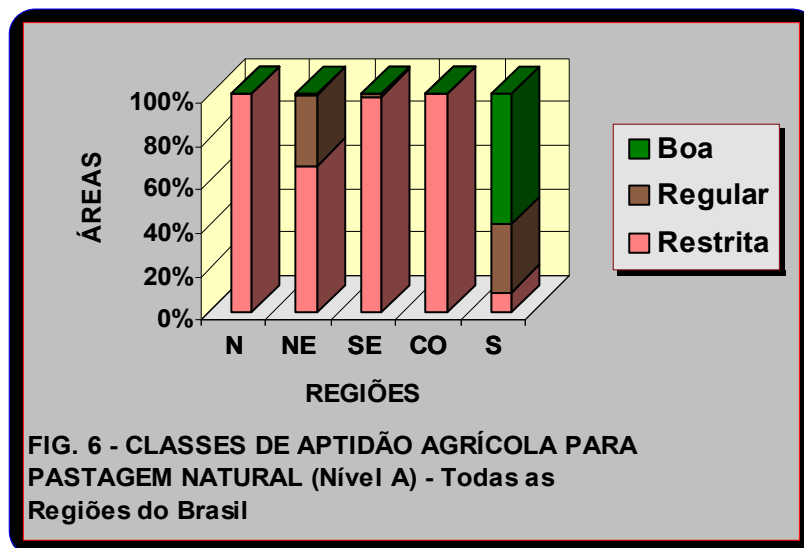
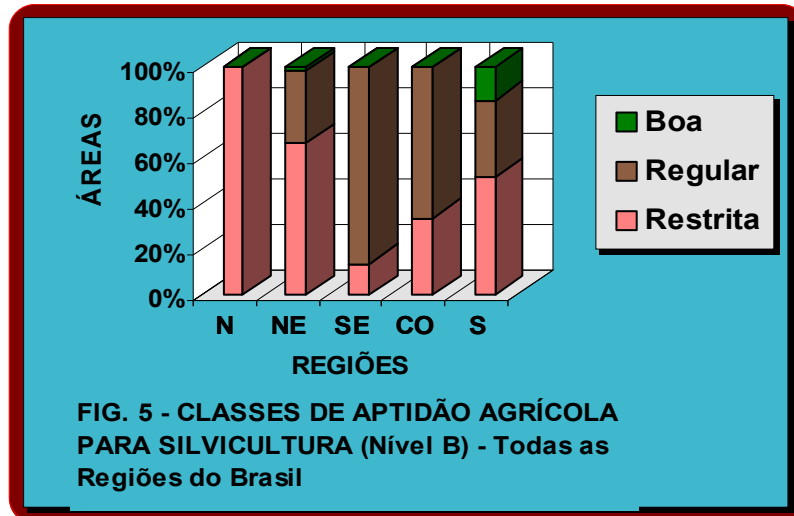
REGIÕES  
**FIG. 2 - CLASSES DE APTIDÃO AGRÍCOLA PARA LAVOURAS NO NÍVEL DE MANEJO B - Todas as Regiões do Brasil**



REGIÕES  
**FIG. 3 - CLASSES DE APTIDÃO AGRÍCOLA PARA LAVOURAS NO NÍVEL DE MANEJO C - Todas as Regiões do Brasil**



REGIÕES  
**FIG. 4 - CLASSES DE APTIDÃO AGRÍCOLA PARA PASTAGEM PLANTADA (Nível B) - Todas as Regiões do Brasil**



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da contextualização e visão sinóptica sobre a avaliação da aptidão agrícola das terras brasileiras, pode-se fazer as seguintes considerações:

- Apesar da existência de diversos métodos e sistemas de avaliação do potencial agrícola das terras, até a época de realização do estudo, havia carência de uma metodologia que possibilitasse uma avaliação integrada de fatores bióticos e abióticos, incluindo-se os aspectos sócio-econômicos;



- Levando-se em conta os três níveis tecnológicos (manejo), o Brasil possui um imenso potencial agrícola, pois dispõe de 5,55 milhões de quilômetros quadrados (555 milhões de hectares) de terras aptas para lavouras, onde, salvo restrições de ordem ambiental, 2,79 milhões encontram-se na região Norte;
- O país possui, também, expressivas extensões de terras aptas para pastagem plantada e para silvicultura e/ou pastagem natural, totalizando 964.334 Km<sup>2</sup> e 941.296 Km<sup>2</sup>, respectivamente;
- Embora exista o esforço e interesse, no que tange à implantação, monitoramento e ampliação das unidades de conservação, parques e reservas biológicas, o Brasil ainda não atingiu o estágio satisfatório de manutenção e preservação de sua biodiversidade;
- É fundamental a prática de avaliações da aptidão agrícola das terras, pois além de subsidiar outros estudos e pesquisas, possibilita ainda a orientação de uso adequado da oferta ambiental, evitando a sub ou sobreutilização dos recursos naturais.

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BEEK, K. J. **Recursos naturais e estudos perspectivos a longo prazo. Notas metodológicas.** Brasília DF; Ministério da Agricultura-SUPLAN; Project UNDP/FAO/BRA/71/553. 69p. 1975.
- . **Land Evaluation for Agricultural Development.** Wageningen, ILRI. 333p. (ILRI Publication, 23). 1978.
- BEEK, K. J. & BENNEMA, J. **Land evaluation for agricultural land use planning; an ecological method.** Wageningen, University of Agriculture. Department of Soil Science and Geology, 60p. 1972.
- BENNEMA, J.; BEEK, K. J.; CAMARGO, M. N. **Um sistema de classificação da capacidade de uso da terra para levantamentos de reconhecimento de solo.** Rio de Janeiro, DPFS/DPEA/MA/FAOFAO. Mimeo. 1964.
- BERTONI, J. & LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo.** Piracicaba, livrocetes, 1985. 392p.
- BIBBY, J.S. et al. **Land capability classification for agriculture.** The Soil Survey of Scotland- Monography. Aberdeen. The Maculay Institute for Soil Research. 1982.
- BRIDGES, E. M. **World soils.** (2nd. Ed.). Cambridge University Press. 1978.
- BURROUGH, P. A. **Overseas methods of land evaluation. Part 6. A National Study of Soil Conservation.** Canberra, Department of Environment, Health and Community Development, 8p. 1976.
- COLLINS, J. B. Soil resource inventory for the small farmer. In: **Soil resource inventories and development planning;** Proceedings of Workshop at Cornell University 1977-1978. Washington DC, USDA - Soil Conservation Service, p37-45. (SMSS. Technical Monograph). 1977.
- COMERMA, J. & ARIAS, L. F. Um sistema para evaluar las capacidades de uso agropecuario en los terrenos in Venezuela. Trabajo presentado in el Seminario de Classificación Interpretativa con Fines Agropecuarios. Maracay, 58p. (Mimeo). 1971.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Brasília, DF. **Subsídios técnicos para elaboração do relatório nacional do Brasil para a CNUMAD:** Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. 1991. 172 p. Versão preliminar.
- DIEPEN, C. A. van; KEULEN, H. van; WOLF J.; BERKHOUT, J. A. A. Land evaluation: from intuition to quantification. **Advances in Soil Science,** Volume 15:139-204. 1991.
- EMBRAPA. Centro de Pesquisas Pedológicas. **Mapa esquemático dos solos das regiões Norte, Meio-Norte e Centro-Oeste do Brasil; texto explicativo.** Rio de Janeiro (EMBRAPA-CPP. Boletim Técnico, 17). p553. 1975.
- FAO. Food and Agriculture Organization. **Framework for land evaluation.** Wageningen (ILRI Publication 22). 87p. 1976.
- . **Guidelines: land evaluation for rainfed agriculture.** Rome. (FAO: Soils Bulletin, 52). 1983.
- . **Land evaluation for forestry.** Rome, FAO Forestry Paper, 48. 1984.
- . **Guidelines: land evaluation for extensive grazing.** Rome, FAO. (final draft). 1987.
- KLINGEBIEL, A. A. & MONTGOMERY, P. H. **Land capability classification.** Washington, DC. USDA Soil Conservation Service, (USDA Agriculture handbook, 210) 21p. 1961.

- LEPSCH, I.F. et al. **Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso.** Campinas. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo - SBCS. 175p. 1983.
- MARQUES, J. Q. **Manual brasileiro para levantamentos conservacionistas.** 2ª aprox. Rio de Janeiro, Escritório Técnico Brasil-Estados Unidos (ETA). 1958.
- . **Manual brasileiro para levantamento da capacidade de uso da terra.** 3ª aprox. Rio de Janeiro, Escritório Técnico Brasil-Estados Unidos (ETA). 433p. 1971.
- OLSON, G. W. Land classification search. **Search Agriculture** 4(7):34. Ithaca, New York. Cornell University. 34p. 1974.
- PLATH, C. V. **La capacidad productiva de la tierra en la America Central.** Public. Miscela- nea 44. Turrialba, IICA-OEA. 1967.
- RAMALHO-FILHO, A. Evaluating land for improved systems of small-scale farming. Special reference to Northeast Brazil. Norwich, UK. University of East Anglia-School of Development Studies. Ph.D Thesis. 300p. 1992.
- RAMALHO-FILHO, A. Aptidão agrícola das terras do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 20. , Belém, PA, 1985. **Programa e resumos.** Campinas, SBCS, 1985.
- RAMALHO-FILHO, A. et al. **Interpretação para uso agrícola dos solos da zona de Iguatemi, Mato grosso.** Rio de Janeiro. EPFS-EPE. Ministério da Agricultura. Bol. tec. nº 10(II). 1970.
- RAMALHO FILHO, A.; PEREIRA, E. G.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SNLCS, 1983. 57p.
- RAMALHO-FILHO, A. & BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras.** 3. ed. rev. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPS, 1995. 65p.
- RODRIGUES, T. E.; PEREIRA, L. C.; GAMA, J.R.N.F.; RÊGO, R. S.; HENRIQUES, L. M. Uso e ocupação do solo na Amazônia brasileira. In: Congresso Brasileiro e Encontro Nacional de Pesquisa sobre Conservação do solo, 8. , Londrina, PR, 1990. **Programa e resumos.** Campinas, SBCS, 1990.
- STEWART, G. A. **Land evaluation.** Paper of a CSIRO Symp., organised in cooperation with UNESCO. Melbourne, McMillan of Australia. 362p. 1968.
- SUPLAN-Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola. **Estudo das perspectivas de desenvolvimento da agricultura no Brasil.** Brasília, SUPLAN-SG-Ministério da Agricultura. 1975.
- TOMASI, J. M. G. & RAMALHO-FILHO, A. et al. **Aptidão agrícola dos solos do sul do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro, (Brasil, MA-DNPEA.DPP. Bol. Téc. 19). 72p. 1971.
- VINK, A. P. A. **Quantitative aspects of land classification.** Madison Trans. 7th. Congr. Soil Sci. Vol. 5:371-378. 1960.
- YOUNG, A. & GOLDSMITH, P. F. **Soil survey and land evaluation in developing countries: a case study in malawi.** Geogr. J.: 153, 407-438. 1977.